

Sobre Chama Negra

Digressão introdutória sobre sindicalismo revolucionário, Jean Maitron, Malatesta e *Black Flame*¹

René Berthier
Março de 2018

Ao longo dos anos, tenho me deparado com vários tópicos sobre os quais tenho pensado: a relação entre anarquismo e sindicalismo revolucionário, organização política e organização de massa, etc. Esse assunto me interessa ainda mais porque eu mesmo sou um ativista da CGT desde 1972: Assumi mandatos por um longo tempo, no nível do meu local de trabalho, do meu sindicato e em nível nacional². É verdade que a CGT no início dos anos 70 não tinha muito a ver com o que era no início dos anos 20. Em 1972, o comunismo pesava muito sobre a confederação, mas as estruturas da organização permaneceram as mesmas e a memória histórica do período heroico ainda estava muito viva.

Bem mais tarde, ao relembrar a experiência que vivi, percebi que ela me deu uma vantagem considerável para entender os eventos e as escolhas que nossos veteranos do início do século XX fizeram – um entendimento provavelmente inacessível para um acadêmico.

Além disso, na década de 1970 ainda havia veteranos das décadas de 20 e 30 que haviam participado dos debates que agitavam a CGT naquela época, mas também a CNT na Espanha ou o movimento anarquista russo. Alguns desses antigos companheiros ainda eram muito ativos e estavam conosco na ação diária. Eles nos treinaram, nos contaram inúmeras coisas que nunca aparecerão nos livros didáticos de história e que nós tolamente deixamos de registrar.

1 Este texto consiste em extratos de um documento maior em francês, *Commentaires sur "Black Flame"*, não publicado. As citações do livro referem-se à versão original em inglês publicada pela AK Press.

Para uma apresentação do livro do ponto de vista dos autores, consulte: "Apresentando 'Chama Negra'", <https://bibliotecaanarquista.org/library/lucien-van-der-walt-apresentando-chama-negra>.

2 Na Federação dos Trabalhadores Gráficos.

Só me dei conta disso recentemente, ao ler novamente algumas passagens do livro de Jean Maitron sobre o movimento anarquista³. Há, por exemplo, uma passagem em que ele se indigna com a concepção que os anarquistas e os sindicalistas tinham de democracia na CGT. “Os anarquistas e seus camaradas sindicalistas revolucionários têm, portanto, uma concepção aristocrática de democracia”, diz ele, porque favorecem o princípio de “um sindicato, uma voz” em vez de representação proporcional nos congressos.

Em minha opinião, isso mostra uma profunda incompreensão do que eram o anarquismo e o sindicalismo naquela época. Maitron não entende que essa concepção de lei é fundamentalmente diferente daquela inspirada pelos partidários da democracia parlamentar.

Para os revolucionários da CGT, a organização básica era o sindicato, onde os trabalhadores eram organizados. Um trabalhador não sindicalizado era um “zero humano”, nas palavras de Émile Pouget. Alguns diriam que essa era uma visão “elitista”. Não creio que seja desse ponto de vista que Pouget tenha feito essas observações. Essa é provavelmente uma visão implacável das coisas, mas é a expressão de uma ética radicalmente diferente daquela da burguesia, baseada no indivíduo. Para os sindicalistas, o indivíduo não sindicalizado está sozinho diante do patrão: ele é *realmente* um “zero humano”: totalmente impotente. Mas esse “zero humano” não sindicalizado ainda se beneficiará das vantagens resultantes de uma greve liderada por outros.

Em seguida, Maitron reprova os anarquistas e sindicalistas por sua concepção de “minorias ativas”, também descrita como “elitista”. As palavras de Alexandre Luquet, membro do Bureau Confederal antes de 1914, proferidas no congresso de Bourges da CGT em 1904, chocam particularmente Maitron: “A verdade é que são sempre as minorias que são mais ativas”, disse Luquet. Mas o que ele diz é perfeitamente verdadeiro em *todos os sindicatos*. Se não houvesse uma “minoria ativa”, simplesmente não haveria sindicatos! E isso também se aplica aos chamados sindicatos “reformistas”. É sempre uma minoria de ativistas que é ativa no movimento trabalhista, seja ele reformista ou revolucionária, e é perfeitamente verdadeiro que “é a minoria dos trabalhadores que é sindicalizada”. É uma observação extremamente trivial dizer que “os grandes batalhões (...) estão se movendo com dificuldade e é necessário liderá-los”. E daí? Maitron simplesmente não entende nada sobre o movimento trabalhista.

Lembro-me de outro caso de total incompreensão da ética dos trabalhadores, mas vindo de um conhecido militante anarquista: Malatesta. Durante seu debate com Pierre Monatte no congresso anarquista em Amsterdã, Malatesta ficou indignado com o fato de os trabalhadores poderem usar a violência contra os não

3 Jean Maitron, *Le mouvement anarchiste en France (O movimento anarquista na França)*. Tel. Gallimard. Jean Maitron (1910-1987) é um historiador francês especializado no movimento trabalhista e no movimento anarquista. Ele não é mencionado em *Black Flame*.

grevistas durante uma greve, enquanto eles eram explorados como os outros. Além da extrema ingenuidade de suas observações, isso também revela a ignorância de um princípio essencial da moralidade proletária: *não se interrompe uma greve*. Para Malatesta, o fura-greve pode ser “explorado como os outros”, mas nem por isso é menos traidor de sua classe. Essa solidariedade de classe – pois na verdade é uma questão de classe, não de “humanidade como um todo” – essa solidariedade de classe é a consciência que os trabalhadores têm (ou deveriam ter) de pertencer a uma comunidade.

Malatesta certamente teria ficado extremamente chocado ao observar a conduta da greve dos mineiros britânicos, que durou quase um ano, de 1984 a 1985, ou ao testemunhar a violência dos piquetes na gráfica de Murdoch em Wapping, em 1986.

Ambos os movimentos grevistas vivenciaram cenas de extrema violência contra os fura-greves, e não teria sido prudente dizer aos grevistas que os fura-greves eram explorados como os outros (mesmo que de alguma forma fossem, pois os grevistas estavam lutando contra a deterioração dos salários e das condições de trabalho que Murdoch queria impor a eles, o que os fura-greves aceitavam quando iam trabalhar. Os fura-greves eram como os “zeros humanos” de Emile Pouget).

Devo salientar que essa ética proletária é frequentemente muito aguda em organizações bastante reformistas que são, se necessário, capazes de conduzir greves muito longas, como a dos mineiros britânicos, que durou quase um ano (1984-1985), e a do jornal francês *Le Parisien Libéré*, que durou 28 meses (1975-1977).

Tendo acompanhado de perto a greve dos mineiros britânicos, pude perceber a extrema animosidade que existia em relação aos fura-greves. Também observei que não havia “hierarquia” entre aqueles que se declararam fura-greves desde o início e aqueles que, exaustos por meses de greve, voltaram ao trabalho depois de nove ou dez meses. Todos eram fura-greves em um grau igual. Nesse ponto, os gerentes das minas não se mostraram sentimentais: quando, após a derrota dos mineiros, começaram a demiti-los em massa, grevistas e fura-greves se encontraram nos mesmos vagões, para surpresa dos últimos, diante da ingratidão dos patrões.

Durante a greve do *Parisien libéré*, cada trabalhador do jornal pagou parte de seu salário para apoiar os grevistas. Aqueles que acabaram se esquivando desse dever foram definitivamente colocados na lista negra por seus companheiros.

Tudo isso provavelmente teria chocado muito Malatesta.

Sobre Chama Negra

Farei cinco observações, que resumirei aqui, mas que desenvolverei de forma mais completa em outro lugar.

1º Comentário

Michael Schmidt e Lucien van der Walt, autores de *Black Flame*, escrevem que o sindicalismo nasceu na década de 1860, na época da Primeira Internacional. Entendo o que os leva a fazer essa afirmação: Há, de fato, uma proximidade real entre o sindicalismo e a prática da Federação do Jura, conforme descrita por Bakunin. Mas é historicamente impreciso dizer que o sindicalismo nasceu em 1860 ou 1870. As analogias entre dois fatos não criam uma identidade. A expressão “sindicalismo” (*syndicalisme révolutionnaire*, em francês) se aplica a um fenômeno histórico específico, e remontar seu nascimento a um período anterior sob o pretexto de semelhanças cria uma confusão desnecessária, que não contribui rigorosamente para o debate.

As analogias que podem existir entre as práticas da Federação do Jura e o sindicalismo revolucionário são indiscutíveis, mas as diferenças também. Primeiro, há uma diferença em escala. A Federação do Jura, no melhor período, tinha pouco mais de 1.200 membros e, no final, tinha apenas 400, enquanto a CGT tinha várias centenas de milhares de membros. Além disso, a Federação do Jura foi estabelecida principalmente na indústria relojoeira, enquanto a CGT incluía trabalhadores de muitos setores de atividade.

Portanto, devemos evitar mitificar a Federação do Jura, mesmo que sua luta e os valores que defendia fossem universais.

Schmidt e van der Walt estão muito ansiosos para mostrar que o sindicalismo não “surtiu” na França na década de 1890, mas que “foi Bakunin, e não Sorel quarenta anos depois, que foi o principal teórico do sindicalismo, e que toda uma primeira onda de sindicalismo ocorreu nas décadas de 1870 e 1880” (p. 16). Essa declaração parece confusa para mim porque mistura dois níveis de reflexão: o surgimento de um movimento de classe e a teorização que é feita depois.

Um movimento de classe, como o sindicalismo revolucionário, surge quando as condições que o tornam possível e necessário se reúnem. A teorização que é feita após o fato é outra coisa. Não vamos perder nosso tempo discutindo se Bakunin ou Sorel são os “teóricos” do sindicalismo revolucionário. Sorel foi uma estrela cadente que se interessou pelo sindicalismo por um período muito curto e que rapidamente se interessou por outra coisa; além disso, ele era um observador que estava totalmente fora do movimento que estava descrevendo. O que não era o caso de Bakunin. Bakunin descreveu com muita clareza não ape-

nas o funcionamento, mas também os objetivos de um movimento que prefigura o que o sindicalismo revolucionário será uma geração mais tarde.

Criar um vínculo artificial e de alguma forma “orgânico” entre o sindicalismo, tal como surgiu na França nos anos 90, chamando-o de “segunda onda”, cuja “primeira onda” teria surgido dentro da AIT nos anos 70, é uma postura ideológica, não é uma abordagem histórica, porque muitos documentos do período de 1890-1910, provenientes do próprio movimento anarquista, contradizem a ideia de que “o sindicalismo, em essência, é uma estratégia anarquista”. A “convergência” entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário tem sido gradual, tem sido o trabalho de apenas uma parte do movimento anarquista, a outra parte criticando vigorosamente o envolvimento dos anarquistas na atividade sindical.

2° Comentário

Schmidt e van der Walt acreditam que o sindicalismo revolucionário não é diferente do anarquismo e que é apenas uma “estratégia” do anarquismo – seja ela consciente ou inconsciente. Os sindicalistas revolucionários podem aceitar essa proximidade com o anarquismo ou recusá-la, mas Schmidt-van der Walt considera que o sindicalismo revolucionário é, independentemente do que se possa dizer, uma “estratégia” do anarquismo.

Embora eu não negue que existam muitas “pontes” entre as duas correntes, sou totalmente contrário a essa suposição – pelo menos no que diz respeito à França. Talvez as coisas sejam diferentes no caso brasileiro, que eu não conheço suficientemente bem⁴. É possível que, como diz João Carlos Marques, o sindicalismo revolucionário tenha sido uma estratégia instrumentalizada pelos anarquistas e não uma ideologia independente⁵.

Pode-se, de fato, imaginar que o processo de formação de uma prática e teoria autônoma e espontânea da classe trabalhadora no Brasil não tenha se desenrolado da mesma forma que na Europa e que o movimento anarquista – e os imigrantes que introduziram o anarquismo no Brasil – tenha procedido à introdução do sindicalismo revolucionário na classe trabalhadora de forma voluntarista. Nesse caso, pode-se dizer que o sindicalismo é uma “estratégia” do anarquismo, mas é apenas uma hipótese. Não creio, entretanto, que as coisas tenham acontecido dessa forma. Até onde eu sei, o sindicalismo revolucionário brasileiro se constituiu de duas maneiras que não se excluem mutuamente:

- a) Endogenamente pela influência de causas idênticas àquelas que contribuíram para a formação dessa corrente na França (as mesmas causas produzem os mesmos efeitos);
- b) sob a influência do exemplo da CGT francesa – conforme demonstrado

4 Originalmente, este texto foi escrito a pedido de companheiros brasileiros.

5 “*A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)*”, p. 75.

em muitos textos de congressos trabalhistas brasileiros.

No que diz respeito a Schmidt e van der Walt, está claro que sua teoria é apresentada como uma teoria geral, válida em qualquer lugar.

É inegável que os anarquistas desempenharam um papel considerável e até mesmo preponderante na CGT francesa até 1914, mas não foram os únicos. Além disso, ao afirmar que o sindicalismo revolucionário é uma “estratégia” do anarquismo, Schmidt-van der Walt postulou que o anarquismo era um movimento homogêneo, o que estava longe de ser o caso. Seria necessário perguntar de qual anarquismo o sindicalismo revolucionário é supostamente a “estratégia”: as publicações anarquistas francesas do final do século XIX revelam que uma parte importante, se não a maioria, do movimento anarquista era totalmente hostil ao sindicalismo⁶.

3º Comentário

Outro ponto de discordância diz respeito à relação entre o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo. De acordo com Schmidt e van der Walt, o sindicalismo revolucionário recusa, ou reluta em admitir, sua relação com o anarquismo, enquanto o anarco-sindicalismo a reivindica. Além disso, o anarco-sindicalismo parece ser uma espécie de forma radical do sindicalismo revolucionário. Não compartilho dessa abordagem de forma alguma.

Essa tese de Schmidt e van der Walt é totalmente subjetiva e não se baseia em nada de fato. Ela corresponde a uma construção ideológica e utópica das relações entre o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo, uma visão das coisas como os autores do *Black Flame* gostariam que elas fossem, mas sem nenhuma base histórica.

A história do uso do termo “anarco-sindicalismo” é complexa e varia de país para país. O termo foi usado na Rússia durante a revolução de 1905 por Daniil Novomirski e outros, como Maria Korn, Georgi Gogeliia-Orgeiani, Daniil Novomirski, como uma tentativa de aplicar as formas organizacionais e a estratégia da CGT francesa ao contexto russo⁷.

Durante a revolução russa, houve oposições muito duras entre anarquistas e anarco-sindicalistas, o que naturalmente não se encaixa na construção dogmática de Schmidt e van der Walt, que consideram os últimos como parte de uma “es-

6 Consulte Mauricio Antonioli, *Bakounine entre syndicalisme révolutionnaire et anarchisme*, éditions Noir&Rouge.

7 Veja dois historiadores soviéticos não publicados citados por Alexandre Skirda: S.N. Kanev: “history questions”, 9, 1968, Moscou; E.N. Kornoukhov: “The activity of the Bolshevik party against the petty-bourgeois anarchist revolutionaries in the period of the preparation and victory of the October revolution”, “Lenin, the party, October”, 1967. (Cf. o notável trabalho de Alexander Skirda: *Anarquistas na Revolução Russa*)

tratégia” dos primeiros.

Na França, encontramos o termo “anarco-sindicalista” (mas não “anarco-sindicalismo”) nos principais jornais, assim como no movimento trabalhista no início do século XX, mas ele não designava uma doutrina nem um movimento, mas apenas anarquistas que estavam individualmente engajados em atividades sindicais. Dois outros termos são usados de forma intercambiável com “anarco-sindicalista”: “anarquista sindicalista” e “sindicalo-anarquista”. Eles são perfeitamente sinônimos, mas nunca designam uma doutrina ou um movimento⁸.

Depois da Primeira Guerra Mundial, o termo foi usado de forma pejorativa pelos comunistas para apontar os sindicalistas que se recusaram a endossar a repressão dos comunistas russos contra o movimento dos trabalhadores e que se recusaram a participar da Internacional Sindical Vermelha criada pelos bolcheviques.⁹ O termo tornou-se um conceito “positivo” e foi reivindicado abertamente no final da década de 1920 e no início da década de 1930.

Se até 1920 o sindicalismo revolucionário era de fato a referência de muitas organizações, como a CNT espanhola, a CGT-SR francesa e muitas outras, a criação da Internacional Comunista e da Internacional Sindical Vermelha provocou uma verdadeira ruptura, e foi dessa fratura que nasceu o anarco-sindicalismo.

4° Comentário

Não aprovo o conceito que Schmidt e van der Walt desenvolvem sobre a “Tradição Anarquista Ampla”, que consiste em rotular como “anarquistas” correntes ou movimentos que certamente apresentam analogias ou afinidades com o anarquismo, mas que não é correto definir como tal. Isso é muito parecido com as práticas manipuladoras que observamos entre os marxistas revolucionários, que afirmam levar o crédito por iniciativas tomadas por outros. Pode-se fazer uma hipótese sobre a função do conceito de Tradição Anarquista Ampla.

a) Torna possível desafiar a ideia de que o anarquismo nunca foi nada além de um fenômeno minoritário, “o primo pobre de outras tradições da esquerda” (p. 9). Ao recorrer a uma “tradição” mais ampla, o “perímetro” do movimento anarquista é artificialmente ampliado;

b) Ele desafia a ideia de que o anarquismo (ao qual se supõe que o sindicalis-

8 Veja: “De l'origine de l'anarcho-syndicalisme”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article603>

9 Sobre a Internacional Sindical Vermelha, consulte a obra essencial de Reiner Tossstorff, *The Red International of Labour Unions (RILU) 1920-1937*, 2016 Haymarket Books, Chicago, Ill. Entretanto, o livro de Tossstorff não faz justiça ao papel dos anarquistas nos debates que levaram ao rompimento com os bolcheviques. Para uma visão mais libertária da questão, consulte: René Berthier, *L'Internationale syndicale rouge*, série em 20 episódios publicada em *le monde libertaire* online: [https://monde-libertaire.fr/?articlen=4735&article=Histoire:_L'Internationale_syndicale_rouge_\(1ere_partie\)](https://monde-libertaire.fr/?articlen=4735&article=Histoire:_L'Internationale_syndicale_rouge_(1ere_partie))

mo revolucionário esteja organicamente ligado) é um fenômeno originalmente europeu ou mesmo francês: “Demonstramos que o anarquismo de massa e os movimentos sindicalistas surgiram em várias regiões, principalmente em partes da Europa, das Américas e do Leste Asiático” (p. 9).

Ninguém nega que o anarquismo e o sindicalismo revolucionário “surgiram em várias regiões, principalmente em partes da Europa, das Américas e do Leste Asiático”, uma vez que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos: mas essas causas e efeitos não ocorrem necessariamente de forma simultânea em todos os lugares. Schmidt e van der Walt estão presos em uma contradição: por um lado, eles tentam contestar a ideia de que o sindicalismo revolucionário é uma “invenção” europeia (ou francês), mas, ao mesmo tempo, designam Bakunin (que escreveu em francês) como seu “fundador”.

De acordo com minha pesquisa, o termo “sindicalismo revolucionário” apareceu pela primeira vez no congresso da CGT em Montpellier em 1902 e foi teorizado pela primeira vez em 1905 em um artigo de Victor Griffuehles publicado em um jornal socialista. É claro que, para descobrir isso, é preciso ler as atas dos congressos, que são uma fonte essencial de informações sobre o sindicalismo revolucionário. Entretanto, os próprios Schmidt e van der Walt admitem que não usaram fontes em língua francesa.

Vejamos o caso do anarquismo chinês. Ninguém contesta o fato de ter havido um grande movimento anarquista na China, mas ele surgiu entre 1905 e 1910, inspirado em textos taoístas e budistas e em Kropotkin e Elisée Reclus. Li Shizeng (1881-1973) descobre o anarquismo nos escritos de Kropotkin. O “Manifesto da Sociedade Anarco-Comunista” de Shifu data de 1914. Nada nos autoriza a dizer que o anarquismo chinês é uma importação do pensamento político ocidental. Ele é o resultado de condições peculiares à sociedade chinesa e de várias influências interculturais ligadas à circulação internacional de ideias. Mas não podemos negar que há uma lacuna cronológica entre o surgimento do anarquismo na França e na Europa e seu surgimento na China. O anarquismo não surgiu de forma elaborada como um demônio de sua caixa, simultaneamente em todo o planeta. Há certa demagogia em dizer o contrário. Quer seja do agrado ou não, sua primeira aparição como *doutrina* data de 1840, quando Proudhon declarou que “propriedade é roubo”, e como movimento no final da década de 1860¹⁰.

A chamada “Tradição Anarquista Ampla” tem a vantagem de expandir muito – e artificialmente – o “perímetro” do anarquismo. Teria sido mais preciso, e menos manipulador, falar simplesmente de “tradição antiautoritária” ou “corrente antiautoritária”.

10 Para uma abordagem científica da história internacional do anarquismo, consulte: Gaetano Manfredonia, *Histoire mondiale de l'anarchie*, Éditions Textuel & Arte éditions, 2014.

5º comentário

Finalmente, um último ponto que eu gostaria de enfatizar, no qual concordo parcialmente com Schmidt & van der Walt. Eles contestam, com razão, a escolha feita por P. Eltzbacher, que incorpora ao “panteão” anarquista uma série de autores pelo simples fato de serem contra o Estado. Esses são os “Sete Sábios”: Godwin, Stirner, Proudhon, Tucker, Tolstoi, Bakunin e Kropotkin. Se Bakunin e Kropotkin são reconhecidos por Schmidt e van der Walt como “anarquistas”, os outros são rejeitados. Estou pronto para dar-lhes razão em relação a Stirner, Tucker e Tolstoi, mas os casos de Godwin e Proudhon merecem ser examinados.

Godwin certamente não é anarquista, mas seria absurdo descartá-lo como um precursor. Concordo plenamente com a recusa de Schmidt e van der Walt em buscar autores anarquistas a qualquer preço, mesmo na antiguidade grega, e em considerar como “anarquista” o menor questionamento do Estado; mas sua atitude rígida os impede de considerar a possibilidade de que o pensamento anarquista possa ter tido precursores. Isso os leva a ter uma visão não histórica. Tem-se a impressão de que o anarquismo nasceu por volta de 1850-1860, do nada, o que, obviamente, não é verdade.

Em minha opinião, o anarquismo se encaixa perfeitamente nesse fluxo ininterrupto de pensamento que, desde a Idade Média, desafia obstinadamente a noção de imanência e visa a liberar o pensamento crítico¹¹. Isso não significa que o anarquismo se identifica com cada um dos estágios dessa longa evolução, repleta de pensadores heroicos que foram presos, aterrorizados, feridos, torturados, queimados vivos, mas que o anarquismo tem seu lugar no final dessa evolução.

No entanto, compartilho da opinião de Schmidt e van der Walt de que o anarquismo é uma doutrina política (eles raramente o qualificam como uma “ideologia”), que nasceu da revolução industrial, dentro da classe trabalhadora, como produto de suas lutas contra a exploração econômica e a opressão política e religiosa.

Proudhon é tratado de forma muito curiosa por Schmidt e van der Walt. A ele é negado o status de anarquista por direito, embora um certo papel não lhe seja negado: *Chama Negra* pretende examinar “a relação entre o anarquismo e outras ideias, particularmente as visões de Pierre-Joseph Proudhon, os marxistas clássicos e o liberalismo econômico...”. [Há o anarquismo, por um lado, e “outras ideias”, por outro, e Proudhon é uma das “outras ideias”.] A revisão das fontes bibliográficas mencionadas pelos autores de *Black Flame* explica tudo: não há nenhuma obra de Proudhon em sua bibliografia, simplesmente uma coleção não particularmente recente de textos selecionados¹². Quanto aos possíveis estu-

11 Essa evolução gradual da filosofia em direção à negação de Deus e da “primeira causa” foi perfeitamente percebida por Bakunin.

12 Edwards, S., ed. *Selected Writings of Pierre-Joseph Proudhon* [*Escritos Selecciona-*

dos *sobre* Proudhon, um livro de 96 páginas, publicado em 1934! E dois ausentes: os sociólogos Georges Gurvitch¹³, Pierre Ansart¹⁴ e Jean Bancal¹⁵, para falar apenas desses autores, que me parecem totalmente inevitáveis se falarmos de Proudhon hoje.

O movimento anarquista deve se destacar do que chamo de “visão ideológica da história”. Com isso quero dizer uma visão que parte de um certo número de afirmações pré-estabelecidas e que tenta trazer a realidade para dentro da estrutura dessas pressuposições. Parece-me que *Chama Negra* muitas vezes cai nessa falha quando se trata de questões doutrinárias. Essa desvantagem não impede que o livro seja extremamente interessante, mas reduz, em minha opinião, seu escopo e valor normativo.

Digressão sobre anarquismo e sindicalismo

Meu trabalho se baseia em uma periodização que provavelmente diverge daquela geralmente aceita.

1871-1890

A República Francesa, estabelecida após o esmagamento da Comuna de Paris, foi muito menos tolerante do que o Segundo Império. Toda tentativa de reconstituir qualquer tipo de estrutura da classe trabalhadora, mesmo a mais benigna, era seguida de prisões e cortes marciais. No entanto, a repressão não conseguiu impedir a reconstrução das organizações de classe. E enquanto os jornais burgueses estampavam suas primeiras páginas com o terrorismo anarquista, o trabalho discreto dos militantes operários continuava a construir seus sindicatos.

dos de Pierre-Joseph Proudhon]. Basingstoke, Reino Unido: Macmillan, 1969.

13 George Gurvitch :

- *Proudhon, sa vie, son œuvre*, Paris, Presses universitaires de France, 1965.
- *Les fondateurs français de la sociologie contemporaine : Saint-Simon et Proudhon*, Paris, Centre de documentation universitaire, 1955.
- *Dialectique et sociologie*, Flammarion, 1962.

Em português:

- *Proudhon*, Georges Gurvitch, 1983, Editora Edicoes 70, Rio de Janeiro.
- *Proudhon e Marx*, 1980, Editora Martins Fontes, Rio de Janeiro.

14 Pierre Ansart;

- *Sociologie de Proudhon*, PUF, 1967
- *Socialisme et anarchisme : Saint-Simon, Proudhon, Marx*, PUF, 1969.
- *Naissance de l'anarchisme*, PUF, 1970.
- *Proudhon*, Le Livre de poche, 1984.

15 Jean Bancal:

- “Proudhon: une sociologie de l'autogestion”, revue *Autogestions*, 1968, 5-6.
- *Pluralisme et autogestion*, éditions Aubier, 1930 (2 tomes)

Os sobreviventes da AIT e os militantes da classe trabalhadora eram, por assim dizer, “órfãos” de uma organização internacional, de modo que os ativistas que reivindicaram o legado da AIT participaram na década de 1880 dos congressos socialistas internacionais organizados pela social-democracia.

Para a maioria dos ativistas socialistas de base, isso não era um problema, mas os líderes social-democratas se esforçaram por todos os meios para excluí-los. Depois de várias tentativas fracassadas, eles conseguiram em 1896, no Congresso da Segunda Internacional em Londres. Durante esse período, havia de fato um núcleo de militantes anarquistas nos sindicatos, mas a maior parte do movimento estava do lado de fora e, muitas vezes, era hostil à presença de anarquistas no movimento trabalhista.

Esse período é extremamente importante porque todos os temas constitutivos do sindicalismo revolucionário serão colocados em prática. Naturalmente, a repressão contra a Comuna de Paris fornece a base para o antiestatismo e o antimilitarismo dos sindicalistas revolucionários. A ordem moral sufocante imposta pela Igreja Católica alimentará sua oposição à religião. As tentativas dos radicais burgueses de colocar as mãos nas organizações trabalhistas para fins eleitorais explicam o antiparlamentarismo. Todos esses casos combinados explicarão a originalidade do sindicalismo revolucionário.

1890-1902

A publicação de Jean Grave, *Le Libertaire*, reuniu, pelo menos até 1899, os anarquistas que eram vigorosamente hostis ao sindicalismo. Esse antissindicalismo baseava-se na ideia de que era inútil reivindicar melhores salários, por exemplo, porque o salário de um trabalhador não poderia ser inferior ao necessário para sua subsistência, nem poderia exceder essa soma¹⁶. Os trabalhadores se uniam aos sindicatos para poder obter uma parcela maior da parte incompressível que os capitalistas concediam à classe trabalhadora, o que era uma injustiça para os demais. Em suma, a ideia era que o capitalismo tinha uma massa global fixa que podia dedicar aos salários e que, se uma parte da classe trabalhadora melhorasse, seria em detrimento das outras.

O resultado foi que sindicalizar-se era “fazer um trabalho burguês e reacionário”¹⁷. O trabalhador, portanto, deveria ser desencorajado a entrar nos sindicatos, que eram um “elemento de fraqueza do ponto de vista revolucionário”; se o fizesse, ele se tornaria um “conservador feroz, autoritário e quase governamental”. Os trabalhadores sindicalizados eram os “piores inimigos da revolução”¹⁸. Essas ideias eram compartilhadas por uma parte substancial do movimento anarquista da época, profundamente imbuída dos temas de individualismo e insurreição. Aqueles que tinham a preferência dos militantes do *Le Libertaire* eram “os

16 H. Dhorr, “La Loi des salaires”, *Le Libertaire*, n° 77, 29 de abril-4 de maio de 1897.

17 H. Dhorr, “La Loi des salaires”, *Le Libertaire*, n° 78, 5-11 de maio de 1897.

18 Imanus, “Les Syndicat”, *Le Libertaire*, n° 17, 7-14 de março de 1896.

furiosos, os impacientes, os revolucionários: a massa negra, a massa dos desempregados e dos famintos que devem servir como ponto de partida para as reivindicações anarquistas”¹⁹.

Em outro artigo do *Le Liberaire*, a “base social” do movimento anarquista é constituída pelos “desempregados, vagabundos, mendigos, prostitutas, desclassificados”, qualificados como “revolucionários de amanhã”: “Ao reivindicar os desempregados, o anarquismo individualista e anti-sindical terá uma base econômica e terá um significado social.”²⁰ É, portanto, com essas categorias socioprofissionais, das quais não discuto a onorabilidade, que esses anarquistas pretendiam reorganizar a sociedade de amanhã. Jean Grave não tem dúvidas de que, em uma sociedade assim, essas pessoas desqualificadas produzirão os alimentos de que a população precisa, o carvão que usam para aquecer suas casas, as roupas que vestem e assim por diante...

Quando Kropotkin finalmente chegou à conclusão de que os ataques terroristas haviam sido um fracasso lamentável, ele publicou em *La Révolte* (setembro-outubro de 1890) uma série de artigos nos quais escreveu que era necessário “estar com o povo que não exige mais o ato isolado, mas homens de ação em suas fileiras”²¹. A redação é bastante singular, pois sugere que as pessoas, em um determinado momento, “exigiram” atos isolados e que agora mudaram de ideia. Isso levanta uma questão interessante: quem é competente para saber o que o povo está “exigindo”? É duvidoso que o “povo” alguma vez tenha “exigido” “atos isolados” – eufemismo para atos terroristas. A formulação de Kropotkin serve apenas para evacuar qualquer reflexão séria sobre o fracasso retumbante do período terrorista e também a cumplicidade implícita de certos intelectuais anarquistas, incluindo o próprio Kropotkin, no apoio a esses atos.

Agora, Kropotkin defende a filiação aos sindicatos (o que permite que Schmidt e van der Walt digam que Kropotkin defendia o sindicalismo), mas o que ele tem em mente é o modelo sindical britânico, ou seja, algo muito distante do sindicalismo revolucionário.) As observações de Kropotkin foram muito mal recebidas pelos círculos anarquistas e suscitaram críticas violentas, de acordo com um relatório policial de 23 de outubro de 1890. Eis o que diz esse relatório: “... Numerosos protestos foram ouvidos; alguns gritaram 'tração!', cartas individuais ou coletivas, algumas vindas do exterior e de tom muito animado, foram enviadas ao jornal.”²²

Esses protestos são indicativos do grau de descontentamento de grande parte do movimento anarquista em relação à ação sindical. É certo que essas reações não podem incriminar *todo* o movimento anarquista: na verdade, muitos anar-

19 E. Girault, “Les Sans-travail”, *Le Liberaire*, n° 82, 3-9 juin 1897.

20 G. Paul, “L’Anarchie et les sans-travail”, *Le Liberaire*, n° 23, 7-14 de abril de 1907

21 “Le 1^{er} mai 1891”, *La Révolte*, n° 6, 18-24 octobre 1890. Cité par Jean Maitron, *Le mouvement anarchiste en France*, Tel Gallimard, t.I.

22 Citado por Jean Maitron, tomo I, p. 266.

quistas *já estavam* envolvidos no movimento sindical, muitas vezes há muito tempo. Mas isso mostra claramente que o movimento anarquista era incapaz de ter qualquer estratégia coerente em relação aos trabalhadores e ao mundo operário.

Apesar de tudo isso, o período entre 1890-1892 e 1902 pode ser considerado como o período propriamente “anarquista” do movimento trabalhista, particularmente nas “Bourses du travail” (Bolsas de Trabalho), que não foram fundadas por anarquistas, mas nas quais eles rapidamente desempenharam um papel de liderança.

As “Bourses du travail” eram estruturas geográficas estabelecidas na localidade. Elas foram formadas naturalmente em muitas cidades para atender à necessidade dos trabalhadores de se organizarem localmente para lutar e trocar informações, mas também para promover a educação popular, mas até 1892 elas não estavam organizadas em uma federação.

Os anarquistas não tiveram nada a ver com a criação dessa federação. Ela foi formada como resultado de uma divisão na Federação Nacional de Sindicatos, uma organização orientada pelos guesdistas.²³ Surgiram tensões entre os apoiadores da greve geral e os guesdistas, que se opunham a ela. Os antiguedistas, portanto, criaram em 1892 a “Fédération nationale des Bourses du travail”, Federação das Bolsas de Trabalho. No entanto, dentro dessa nova organização, surgiram conflitos severos entre as várias correntes socialistas que ali coexistiam. É por isso que a direção da organização foi confiada a um anarquista, Fernand Pelloutier: os anarquistas apareceram como aqueles capazes de moderar os conflitos.

Foi durante esse período, em 1895, que a CGT foi criada, mas era apenas um embrião de organização sindical, sem nenhuma força real,

Ligar mecanicamente a fundação do sindicalismo revolucionário à fundação da CGT em 1895 é um erro. Nessa data, a nova organização é muito fraca, pequena, pouco ativa, sem estruturação real e ainda contaminada pela influência guesdista da Federação Nacional de Sindicatos. Em sua fundação, “a CGT parecia natimorta”, escreve Jacques Julliard²⁴, acrescentando que no dia seguinte ao seu congresso de fundação em Limoges, “não foi sem dificuldade que a CGT

23 Embora não tenha participado da Comuna, Guesde foi para o exterior para evitar a repressão. Estabelecido em Genebra, associou-se a James Guillaume, que o converteu ao anarquismo. Guesde aderiu à Federação de Jura e militou pela autonomia das seções nas colunas de seu jornal, *Le Réveil International*. Foi somente quando retornou à França, em 1876, que ele se aproximou dos círculos marxistas parisienses. Como líder socialista, ele era um defensor da submissão do sindicato ao partido político – uma espécie de pré-leninista, em resumo. Sua corrente era poderosa dentro da CGT.

24 In: *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme*. Le Seuil, 1971.

conseguiu constituir um embrião de organização”! Estamos longe da mitologia do sindicalismo revolucionário geralmente veiculada em textos destinados a apoiar esta ou aquela tese.

Correndo o risco de frustrar a construção desenvolvida por Schmidt e van der Walt, os militantes e líderes da Fédération des Bourses du travail relutaram muito com a CGT em sua criação. Durante vários anos, eles demonstraram uma oposição aberta à nova organização. Foi somente em 1902, quando as duas federações se fundiram para formar uma Confederação [federação de federações], que se pode considerar que a CGT foi realmente constituída.

No Congresso de Montpellier, em 1902, a CGT praticamente se tornou uma “organização dupla” com uma estrutura vertical (sindicatos industriais) e uma estrutura horizontal e geográfica (as Bolsas de Trabalho). Eu acrescentaria que essa estrutura dupla, que define o sindicalismo revolucionário e, posteriormente, o anarco-sindicalismo, está muito de acordo com o esquema de Bakunin.²⁵

É (que eu saiba) durante esse Congresso que encontramos pela primeira vez a expressão “sindicalismo revolucionário”²⁶. Ela também aparece em publicações socialistas no final de 1903 e no início de 1904. Encontramos a expressão usada no Congresso de Bourges (1904) e outra no Congresso de Amiens (1906).

É claro que não quero dizer que o movimento trabalhista como um todo era “anarquista” em sentido estrito: havia outras correntes de ideias, mas é inegável que os anarquistas eram a força motriz. Os ataques lançados contra eles pelos reformistas no Congresso de Amiens (1906) atestam essa tese. Não é preciso dizer que o sindicalismo revolucionário existia de fato antes de existir em palavras. As fontes do sindicalismo já estão germinando nos debates que ocorreram na Primeira Internacional e nos documentos que mencionam esses debates.

1902-1908

Os anos de 1902 a 1908 marcam o período de ascensão do sindicalismo. A estratégia revolucionária foi adotada no Congresso de Bourges, em 1904, durante o qual foi decidido organizar uma greve geral para obter a jornada de 8 horas. Dentro da CGT unificada (ou seja, CGT+Fédération des Bourses du travail), um movimento estava se formando, destacando-se claramente do anarquismo para

25 Veja: René Berthier, “Bakounine : une théorie de l'organisation”, <http://monde-nouveau.net/spip.php?article378>

26 Veja as atas dos debates do Congresso de Montpellier, 1902: “Muito sinceramente, Bouchet acredita na superioridade da ação revolucionária estritamente sindicalista sobre a ação meio sindical, meio política...” (p. 220) “... Estamos convencidos de que as profundas discussões que eles trarão mostrarão a todos a força cada vez maior do sindicalismo revolucionário e a consciência cada vez mais esclarecida da legitimidade das demandas dos trabalhadores...” (p. 40). Consulte: http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_09_-_1902_-_Congres_Montpellier.pdf

formar uma doutrina separada.

Podemos dizer que o “nascimento” do sindicalismo revolucionário pode ser situado entre 1902, no Congresso de Montpellier, onde a expressão “syndicalisme révolutionnaire” foi usada pela primeira vez²⁷, e 1º de janeiro de 1905, quando, em uma publicação socialista, *Le mouvement socialiste*, Victor Griffuelhes, Secretário Geral da CGT, escreveu um artigo intitulado “Sindicalismo Revolucionário”, dando-lhe um caráter “oficial”. (Griffuelhes não era um anarquista, mas um ex-blanquista).

De certa forma, 1908 marca o início do fim do sindicalismo. Várias greves extremamente violentas apoiadas pela CGT, durante as quais trabalhadores foram mortos, fracassaram. A repressão foi dura. Por um curto período, quase todo o Comitê Confederal esteve na prisão, o que fez com que os reformistas aproveitassem para preencher os espaços vazios. Os revolucionários, no entanto, conseguiram restaurar a situação, mas por pouco tempo. Embora os sindicalistas revolucionários tenham se beneficiado da extrema divisão do movimento socialista (havia até seis partidos socialistas competindo pelos favores do proletariado!), um partido socialista unificado foi formado em 1905, constituindo um novo polo de identificação para a classe trabalhadora e propondo uma estratégia eleitoral que tinha menos probabilidade de levar o exército a atirar nos trabalhadores. A liderança da Confederal percebeu que havia chegado o momento de priorizar as negociações em detrimento da ação direta.

Naquela época, havia sido criada uma fratura no movimento sindicalista. Havia os partidários da manutenção das tradições sindicalistas revolucionárias, que reafirmavam o princípio da ação direta e as táticas usuais dessa corrente, e aqueles, com Pierre Monatte, que poderiam ser descritos como “modernistas”, que queriam adaptar a estratégia à evolução do sistema capitalista. Encontraremos mais tarde essa fratura, e os mesmos homens, após a revolução russa, quando se tratava de promover ou rejeitar a adesão à Internacional Sindical Vermelha: o anarco-sindicalismo será uma das consequências dessa fratura.

Entretanto, os anarquistas permaneceram muito presentes na CGT, mas, por meio das eleições, foram gradualmente removidos dos principais mandatos pelos reformistas. A leitura atenta das atas do congresso de Amiens revela um claro declínio do movimento revolucionário e a crescente agressividade dos reformistas. Os comentários dos oponentes reformistas à liderança Confederal, após o congresso de Amiens, mostram que a “charte d'Amiens” (uma resolução do congresso, na verdade) foi um sério fracasso para os anarquistas. É significativo que duas grandes figuras do movimento anarquista, Pouget e Delesalle, tenham deixado a CGT pouco tempo depois, em 1908?

27 Mas um exame mais detalhado dos textos pode trazer à tona ocorrências anteriores.

1906. O Congresso de Amiens

O Congresso de Amiens, realizado em 1906, é frequentemente apresentado como o ato de fundação do sindicalismo revolucionário. Não compartilho dessa opinião de forma alguma. Pelo contrário, acho que as disposições votadas em Amiens representam a *negação* do sindicalismo: é, ao contrário, o início do declínio do sindicalismo. A leitura completa das atas do Congresso mostra uma realidade que está longe de ser o mito que foi criado, mas, ao mesmo tempo, vemos uma realidade muito mais comvente. Vemos uma corrente revolucionária, certamente ainda poderosa, mas encurralada, na defensiva contra representantes de poderosas federações reformistas que haviam se juntado recentemente à CGT. A realidade que percebemos não é a do mito que foi construído após os fatos. Vemos que as oposições à política Confederal (ou seja, sindicalista revolucionária) são extremamente vigorosas e que os golpes desferidos são, às vezes, bastante baixos. Os sindicalistas revolucionários estavam enfrentando adversários poderosos; eles eram seguidos de perto e assediados pelos socialistas reformistas, cujas forças estavam longe de ser desprezíveis, e eles se defendiam passo a passo.

As atas do congresso mostram a ofensiva dos reformistas contra o suposto descumprimento da regra de “neutralidade” pela liderança confederal. Enquanto originalmente o conceito de neutralidade sindical era entendido como a possibilidade de o sindicato definir suas escolhas independentemente dos partidos, os reformistas pretendiam interpretá-lo como a proibição do sindicato de adotar qualquer posição que pudesse ser interpretada como “política”: a propaganda anti-eleitoral é violentamente atacada porque é considerada uma posição política que choca as crenças dos membros que confiam nos partidos políticos. Da mesma forma, o antimilitarismo é atacado porque choca as opiniões dos nacionalistas.

A resolução do congresso de Amiens

A resolução aprovada em Amiens no Congresso de 1906, que adquiriu com o tempo um caráter mítico, não se tornou a “carta de Amiens” até 1910. Essa resolução é um documento de 152 palavras que ainda hoje permanece extremamente radical em vista do que os sindicatos se tornaram. Ela afirma que o sindicato reúne todos os trabalhadores “independentemente de qualquer escola política”; tem como objetivo “o desaparecimento do trabalho assalariado e dos capitalistas”; reconhece a luta de classes; pretende lutar “contra todas as formas de exploração e opressão, tanto materiais quanto morais”. Diz que, no futuro imediato, pretende obter “redução das horas de trabalho e aumento dos salários”. A emancipação integral “só pode ser alcançada por meio da expropriação capitalista”, e é por isso que o sindicalismo “defende a greve geral como meio de ação”.

Talvez o ponto mais importante do documento, em termos de princípios, seja este: “o sindicato, agora um grupo de resistência, será no futuro o grupo de produção e distribuição, a base da reorganização social”. O sindicato tem, portanto, uma “tarefa dupla, cotidiana e futura”. Além disso, “todos os trabalhadores, independentemente de suas opiniões ou de suas tendências políticas ou filosóficas”, têm o dever de “pertencer ao grupo essencial que é o sindicato”.

A resolução afirma que “o membro do sindicato tem total liberdade para participar, fora do grupo corporativo, de formas de luta que correspondam às suas concepções filosóficas ou políticas”, mas, em contrapartida, o sindicato pede que ele, em reciprocidade, “não introduza no sindicato as opiniões que professa fora dele”.

Por fim, a resolução conclui: “A ação econômica deve ser exercida diretamente contra os empregadores, uma vez que as organizações confederadas não precisam, como organizações sindicais, se preocupar com partidos e seitas que, fora e além delas, podem buscar livremente a transformação social.”

Como podemos ver, todos os temas anarquistas específicos foram removidos: a luta contra o Estado, contra a religião, antimilitarismo, antiparlamentarismo.

A votação da famosa “*charte d'Amiens*”, na verdade uma resolução, por uma maioria esmagadora de delegados²⁸ – *incluindo os anarquistas, portanto* – revela por si só a extensão das concessões que foram feitas aos reformistas, que entenderam perfeitamente que essa era uma derrota para os *anarquistas*, não para os sindicalistas. A questão é: por que uma maioria *esmagadora* votou essa resolução, incluindo os delegados anarquistas?

O motivo é simples: na época, havia uma ameaça real de divisão por parte dos reformistas, e era necessário evitá-la a todo custo. Na época, a classe trabalhadora estava imbuída da ideia de que a divisão era uma catástrofe, que os trabalhadores precisavam de “um grande sindicato”. Com ou sem razão, os anarquistas fizeram concessões: embora a resolução de Amiens estipulasse que o sindicato seria o órgão de organização da sociedade futura, ela eliminou tudo o que tornava a especificidade anarquista do movimento sindicalista francês: não se tratava mais de lutar contra o Estado, de antiparlamentarismo, de antimilitarismo. Em retrospecto, há todos os motivos para acreditar que a resolução de Amiens resultou de um compromisso entre os socialistas e a fração “modernista” do movimento sindicalista contra o anarquismo. A leitura das atas dos dois congressos do Partido Socialista que se seguiram revela que os líderes do partido estavam *extremamente satisfeitos* com os resultados do Congresso da CGT de 1906.

Apresentada como um compromisso com uma fração do movimento reformista para bloquear os guesdistas, a resolução de Amiens estabelece, de fato, a divisão de trabalho entre partido e sindicato, *que é a base da doutrina guesdista*.

28 A resolução foi adotada com 834 votos a favor, 8 contra e 1 em branco.

1909-1914

Os anos de 1909-1914 mostram uma corrente revolucionária na defensiva, que ainda se mantém por sua força motriz. Ela ainda mantém a confiança de muitos trabalhadores, mas está em declínio e precisa enfrentar, ao mesmo tempo, a feroz repressão do governo, uma sucessão de sérios fracassos nas lutas e graves crises internas provocadas pelos reformistas cujo poder cresce na CGT.

1912: a CGT e a guerra

É comum dizer que a escolha da CGT de não convocar uma greve geral na eclosão da Primeira Guerra Mundial marca a falência do sindicalismo. A escolha feita pela liderança confederal de não se opor à guerra em 1914 é o resultado de vários fatores complexos, entre os quais, principalmente:

- A recusa sistemática da social-democracia alemã em prever uma ação conjunta com os sindicalistas e socialistas franceses no caso de um conflito entre os dois países. *Até as vésperas da guerra*, os líderes da CGT tentaram negociar com os representantes dos trabalhadores alemães uma ação conjunta, sem sucesso;
- A ascensão do reformismo na CGT, cuja escala tendemos a subestimar.

Em 1912, a liderança confederal conseguiu organizar uma greve geral contra a guerra, uma iniciativa que não teve equivalente na Alemanha. Pelo contrário, os social-democratas alemães votaram em 1913 a favor de créditos de guerra excepcionais de um valor considerável. A greve geral, à qual os reformistas se opuseram vigorosamente, esgotou as reservas de energia da Confederação e provocou uma terrível repressão entre os militantes sindicalistas, bem como no movimento anarquista. Não se trata de exonerar os líderes da CGT, mas de enfatizar que a greve geral contra a guerra, se tivesse ocorrido, não poderia ser unilateral: ela deveria ser desencadeada pelos dois países. Na época, todos sabiam que os socialistas alemães jamais tomariam tal iniciativa.

O controle do reformismo sobre a CGT em 1914 era tal que não era mais possível chamá-la de “sindicalista revolucionária”²⁹.

1917-1922: O sindicalismo revolucionário e a revolução russa

O sindicalismo revolucionário recuperou alguma força após a guerra e, principalmente, após a revolução russa. Os movimentos anarquista e sindicalista revolucionário apoiaram com entusiasmo a revolução russa. Porém, quando as informações sobre a repressão ao movimento operário organizada pelos comunis-

29 Os debates sobre a greve geral em caso de guerra são desenvolvidos em René Berthier, *Kropotkine et la Grande guerre*, Editions du Monde libertaire.

tas russos começaram a ser filtradas, os anarquistas condenaram o regime de modo geral³⁰. O movimento sindicalista revolucionário literalmente se dividiu em dois. Uma parte, com Pierre Monatte, apoiava os comunistas russos e defendia a filiação da CGTU – uma cisão da CGT no pós-guerra – à Internacional Sindical Vermelha, a contraparte sindical da Internacional Comunista. Outra parte do movimento sindicalista, com Pierre Besnard, recusou-se a apoiar os comunistas russos e se retirou de todas as iniciativas relacionadas à Internacional Sindical Vermelha.

Essa retirada levou à fundação da segunda Associação Internacional dos Trabalhadores em Berlim, em 1922: essa data pode ser considerada como a da fundação real (oficial?) do *anarco-sindicalismo*.

No entanto, os documentos de fundação dessa Internacional nunca se referem ao anarco-sindicalismo, mas ao *sindicalismo revolucionário*. Mais uma vez, os fatos precedem as palavras, mas podemos dizer que se trata, de fato, de anarco-sindicalismo: ao contrário da resolução da CGT de Amiens, a AIT não se declara neutra em relação aos partidos políticos, mas em *oposição* a eles; ao contrário da resolução de Amiens, que elimina a luta contra o Estado, contra a estratégia parlamentar e contra o exército, o documento de fundação da AIT se declara contrário à atividade parlamentar, ao nacionalismo, ao militarismo e ao Estado. Essa declaração de princípios nos ensina uma coisa importante: em 1922, o termo “anarco-sindicalismo” ainda não era de uso comum.

Deve-se ter em mente que houve uma ruptura no movimento sindicalista revolucionário, parte do qual decidiu apoiar a estratégia internacional do comunismo russo ao se unir à Internacional Sindical Vermelha; a outra parte se recusou a apoiar um regime “comunista” repressivo sobre o qual todas as informações já estavam disponíveis. Foi sobre essa questão que se basearam as oposições dentro do movimento trabalhista. Os ativistas que fundaram a AIT de Berlim não tinham escolha: os sindicalistas *precisavam* se organizar em nível internacional, mas *não podiam* se unir a uma organização internacional que tolerava a repressão implacável do movimento trabalhista russo.

Se a AIT de Berlim, criada em 1922, não se referia ao anarco-sindicalismo, era principalmente porque o termo era um insulto nas palavras dos comunistas. Mas provavelmente também é porque os ativistas que fundaram a AIT se consideravam os *verdadeiros* sindicalistas.

A expressão “anarco-sindicalismo” só será progressivamente integrada aos documentos do movimento sindical e se tornará amplamente utilizada no final da década de 1920.

30 Ver David Berry, *A History of the French Anarchist Movement, 1917 to 1945*, Paperback.

Anarquismo e mudança social

Sem dúvida, Schmidt e van der Walt estão cientes da extrema complexidade da história do movimento anarquista e da surpreendente variedade de abordagens a partir das quais os vários autores do movimento consideraram as questões de doutrina. Sem dúvida, *a Chama Negra* é uma tentativa de encontrar consistência nesse movimento. Outros autores tentaram: Sébastien Faure, por exemplo, definiu uma tipologia artificial e muito pouco convincente, mas que pode ter fornecido uma estrutura de explicação tranquilizadora para gerações de militantes.

Schmidt e van der Walt forneceram sua própria estrutura explicativa, que não é menos artificial e tão pouco convincente quanto a de Sébastien Faure. Enquanto o primeiro queria fazer uma síntese das diferentes correntes do movimento anarquista, os dois sul-africanos procedem ao mesmo tempo por exclusão e amálgama: por um lado, eles dizem que o que *não se encaixa* em sua própria definição de anarquismo não é anarquismo e, por outro lado, eles dizem que o que *eles* designam como anarquismo é anarquismo, independentemente do que as pessoas interessadas pensem.

Em grande parte, sua abordagem é ainda mais confusa do que a de Sébastien Faure.

Gaetano Manfredonia propõe uma “grade” que talvez nos permita sair do impasse em que nos encontramos para estabelecer uma classificação das diferentes correntes anarquistas. Seu livro, *Anarchisme et changement social: insurrectionisme, syndicalisme, éducationnisme-réalisateur* (Anarquismo e Mudança Social, Insurrecionalismo, Sindicalismo, Educacionismo-realizador³¹), adota uma perspectiva radicalmente diferente da *Chama Negra*, e me parece fornecer explicações muito mais convincentes do que as teses de Schmidt-van der Walt, e muito mais convincentes do que a classificação rígida estabelecida por Sébastien Faure em sua “síntese”. O livro de Manfredonia oferece soluções para os impasses metodológicos em que os autores de *Black Flame* estão comprometidos.

O livro de Manfredonia rejeita todas as tipologias que foram mencionadas até agora, sejam elas baseadas no “plataformismo” ou no “sinteticismo”. Apoiando-se na “sociologia compreensiva” de Weber, ele acredita que é necessário “romper com as interpretações usuais do anarquismo, que apresentam a história das ideias ou dos movimentos” e propõe voltar-se “resolutamente para o estudo das práticas militantes”. É com base nesse método que ele define três tipos “ideais” de militância libertária: o tipo insurrecional, o tipo sindicalista e o tipo educacional.

Essa nova tipologia ternária é muito mais relevante do que a interpretação enunciada por Sébastien Faure em 1928 na *Síntese Anarquista*, e que foi a origem de muitos clichês... mesmo que nenhum historiador sério a tenha usado.

31 Atelier de création libertaire, Lyon, 2007.

Faure fundou o anarquismo na coexistência artificial de três correntes: individualista, comunista e sindicalista. Essa tipologia respondia mais a um *desejo* de conciliação no contexto polêmico da época do que a uma abordagem séria. Era uma questão de contra-atacar a Plataforma de Makhno e Archinov, que queria renovar o anarquismo com base na experiência da Revolução Russa.

Com relação às “tipologias” que se aplicam ao movimento anarquista, se frequentemente falamos da “síntese” de Sébastien Faure, nos referimos muito menos à de Voline, que me parece mais realista³². Como Sébastien Faure, Voline considera que há no anarquismo três “correntes” distintas: sindicalismo, anarquismo comunista e individualismo, mas, para Voline, essas correntes não são rigidamente separadas. Voline pretende definir as *principais ideias* do anarquismo, ou seja, o *princípio* sindicalista como “método da revolução social”, o *princípio* comunista como “base de organização da nova sociedade em formação” e o *princípio* individualista visando “a emancipação total e a felicidade do ser individual”, que é designado como “o verdadeiro objetivo da revolução social e da nova sociedade”: ninguém pode se opor a esse último ponto, sob a condição de reconhecer que a emancipação do indivíduo não pode ser distinguida da emancipação coletiva, social. Portanto, não se trata de “anarquismo individualista” como *uma corrente específica* do movimento anarquista, mas da emancipação do indivíduo como o objetivo da revolução social. Não é a mesma coisa, de forma alguma. Voline queria que o movimento anarquista *debatesses* essas questões (*assim como Makhno queria que a Plataforma fosse debatida*) a fim de alcançar uma síntese real, ou seja, algo diferente da mera soma de seus elementos constituintes. Ao contrário de Sébastien Faure, Voline tem uma visão dinâmica da “síntese”.

Mas, como eu disse, Makhno e Arshinov também queriam que os diferentes pontos de sua Plataforma fossem debatidos. A recusa dos ativistas da época em discuti-la é mais significativa do estado de decadência do movimento anarquista do que do caráter “autoritário” da própria Plataforma³³.

Manfredonia permite uma perspectiva que vai muito além do antagonismo Plataforma/Síntese e não fixa as diferentes formas de anarquismo em “caixas” rígidas, como é o caso da “síntese” de Sébastien Faure. Ele não traça uma divisão hermética entre as diferentes “estratégias”, mas busca compreender sua coerência. Sua abordagem, portanto, parece-me mais adequada para definir o que é o anarquismo em sua realidade; ela oferece elementos convincentes para decifrar a coerência que existe no anarquismo em sua diversidade – o que nem Sé-

32 “De la Synthèse”, *La Revue Anarchiste*, Mars-Mai 1924. 25 “De la Synthèse”, *La Revue Anarchiste*, Mars-Mai 1924.

Veja também: *Le débat plate-forme ou synthèse*, em [Voline, Itinéraire : une vie, une pensée](#), n° 13, 1996,

33 Escrevi em algum lugar que a “Plataforma” não era mais “autoritária” do que a regulamentação de um clube de futebol e que não havia nada de “autoritário” na aplicação de uma decisão depois de ela ter sido tomada.

bastien Faure, na década de 1920, com sua “síntese”, nem Schmidt e van der Walt, mais recentemente, fazem.

Manfredonia não fala de “correntes” no movimento anarquista, ele define uma tipologia baseada em ideais padrão (insurrecional, sindicalista, educacionista) que são combinados em proporções variadas, de acordo com as circunstâncias e necessidades. Como resultado, podem ser formadas pontes entre os diferentes tipos conforme necessário, sem que nenhum deles seja petrificado em um compartimento fechado. E sem que nenhum desses tipos afirme representar o anarquismo sozinho.

Esses diferentes tipos de atividades específicas do movimento libertário não são opostos, eles podem evoluir e interagir conforme as circunstâncias exigirem: insurreicionismo, sindicalismo e educacionismo não são opostos, eles podem se suceder cronologicamente ou coabitar em combinações, dependendo das necessidades e do contexto político e social. De uma forma bem esquemática, pode-se dizer que um aumento na repressão pode levar o movimento libertário a tender para táticas insurrecionais, um período de paz social prolongada pode incentivar tendências educacionistas e períodos de conflito social predis põem os ativistas a adotar ações sindicais. Assim, o anarquismo parece ser um movimento eminentemente adaptável.

Com a abordagem proposta por Manfredonia, poderíamos dizer que o movimento libertário francês antes de 1914 passou por uma fase insurrecional inicial (1878-1886), uma reorientação “sindicalista” a partir de 1888, um breve retorno ao insurrecionalismo com os ataques de 1892-1894, depois a instalação definitiva na visão sindicalista, pontuada por breves irrupções de insurreição quando os conflitos sociais se acirraram.

A outra vantagem dessa abordagem está no fato de que é criada uma coerência onde parece haver uma certa inconsistência. Deve-se notar que os tipos ideais de Manfredonia não incluem o individualismo, embora esse autor seja um especialista em anarquismo individualista, sobre o qual ele tem um PHD!

Os três tipos que Manfredonia descreve, e suas diferentes combinações, constituem, de certa forma, as diferentes estratégias possíveis do anarquismo adaptadas às circunstâncias que as tornam necessárias. Portanto, não estamos trancados em compartimentos onde todos afirmam que é *somente* por meio da insurreição, do sindicalismo ou da educação que podemos alcançar a emancipação humana: a estratégia adotada pelo movimento anarquista pode se referir, dependendo das circunstâncias, a um ou mais desses tipos ideais, e em graus variados.

Pode-se considerar que a existência de um anarquismo que se diz “individualista” não tem sentido, uma vez que o anarquismo é uma doutrina política global que inclui uma reflexão muito profunda sobre o indivíduo. No entanto, não se pode negar que essa corrente existiu, independentemente do que se possa

pensar sobre as condições de sua gênese dentro do movimento anarquista³⁴. Mas essa questão está de certa forma “resolvida” por sua “relegação” ao tipo educacionalista, no qual aparece como um elemento marginal.

Schmidt e van der Walt poderiam, na melhor das hipóteses, aceitar a tipologia de Manfredonia, mas não sua tese de que o anarquismo remonta a 1830-1850 com Godwin, entre outros. Nesse ponto preciso, penso, como Schmidt-van der Walt, que Godwin não pode ser descrito como anarquista, mas, como Manfredonia, penso que ele não pode ser excluído de uma reflexão séria sobre a *gênese* do anarquismo: defini-lo como um precursor pode ser um bom compromisso.

A ressalva que eu faria com relação à conclusão do livro de Manfredonia é que ele parece considerar indiscutível que a solução gradualista continua sendo a única possível atualmente. É verdade que “a erosão de uma consciência de classe autônoma dos trabalhadores” pode sugerir que essa opção gradualista é a única que resta ao movimento libertário. Mas, precisamente, a tarefa do movimento libertário é lutar contra essa erosão, para recuperar o terreno perdido na consciência de classe do proletariado.

Sabemos que não podemos “desencadear” uma revolução de forma voluntarista: ela simplesmente acontece. A questão então é se os anarquistas estarão prontos ou não. O desenvolvimento maciço do que Manfredonia chama de “práticas libertárias” pode ser uma vantagem inegável.

A questão então é se os anarquistas estarão prontos ou não. O autor parece considerar indiscutível que a solução gradualista continua sendo a única possível atualmente. É verdade que a constatação de que “a erosão de uma consciência de classe autônoma dos trabalhadores” pode sugerir que essa opção gradualista é a única que resta ao movimento libertário. Mas, precisamente, a tarefa do movimento libertário é lutar contra essa erosão, para recuperar o terreno perdido na consciência de classe do proletariado.

Sabemos que não podemos “desencadear” uma revolução voluntariamente: ela simplesmente acontece. A questão é saber se o movimento anarquista estará pronto ou não. O desenvolvimento maciço do que Manfredonia chama de “práticas libertárias” pode ser uma vantagem inegável: mas embora essas práticas libertárias, de acordo com Bakunin, não sejam suficientes em si mesmas, a maior ou menor preparação de uma organização revolucionária e sua maior ou menor integração nas lutas sociais podem fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso.

Último ponto

O anarquismo como movimento político e social surgiu, de fato, no período da revolução industrial, como Schmidt e van der Walt dizem com razão. Mas desde o seu surgimento como uma doutrina de autoafirmação, ou seja, com

34 Essa questão é desenvolvida no documento principal do qual estas páginas foram extraídas.

Proudhon, ele defendia a emancipação econômica em relação ao sistema capitalista, a emancipação política em relação ao Estado e a emancipação ideológica de Deus: “Deus na religião, o Estado na política, a propriedade na economia, tal é a forma tripla em que a humanidade, tornada estranha a si mesma, nunca deixou de se despedaçar com suas próprias mãos.”³⁵

Mas Chama Negra raramente menciona Deus e religião, e se incidentalmente o livro evoca o ateísmo de Bakunin, Proudhon, Kropotkin, o ateísmo não aparece em nenhum lugar como *um dos pilares do anarquismo*. No entanto, Bakunin, sua principal referência em termos de anarquismo, fala frequentemente de ateísmo; no entanto, a primeira frase do programa da *Aliança* de Bakunin, da qual eles tanto falam, declara: “A Aliança se declara atea”... Essa pequena frase, embora essencial para Bakunin, parece ter escapado a Schmidt e van der Walt.

Logo após o congresso de Amiens, dois congressos socialistas foram realizados sucessivamente, durante os quais podemos ler os depoimentos dos líderes do partido. Os delegados do Congresso Socialista ficaram extremamente satisfeitos. Edouard Vaillant (deputado socialista, ex-anarquista) declarou que o congresso de Amiens foi uma vitória *sobre* os anarquistas. Victor Renard, guesdista (também ex-anarquista) e líder da poderosa federação CGT do setor têxtil, triunfou ao dizer que “os anarquistas que predominam na CGT concordaram em colocar uma focinheira”³⁶. Uma leitura cuidadosa dos debates no congresso de Amiens mostra que o inimigo dos reformistas eram os anarquistas. Edouard Vaillant, mais uma vez, declarou nesse congresso socialista: “Os membros da Confederação Geral do Trabalho mostraram, em Amiens, que sua concepção concordava com a nossa muito mais do que pensávamos, e o Congresso de Amiens chegou a uma conclusão que nenhum de nós poderia ter esperado. Isso era tudo o que podíamos esperar e a decisão de Amiens nos dá total satisfação.”³⁷ Isso não se encaixa muito bem na ideia comumente aceita de que o congresso de Amiens resultou na elaboração da carta do sindicalismo revolucionário.

Essas observações revelam, ao lado de um poderoso movimento reformista na CGT (Victor Renard Textile, Keufer Artes graficas e muitos outros), a presença de uma corrente anarquista obviamente forte, mas que sofreu uma derrota; e sabemos que dentro do movimento sindicalista revolucionário existia uma facção “modernista”, a de Monatte e o grupo em torno de *La Vie ouvrière*, que se opunha aos anarquistas. Pode-se presumir que essa fração “modernista” provavelmente se aliou aos reformistas contra os anarquistas. Mais tarde, Monatte desempenhou um papel fundamental na recusa da CGT em participar do congresso

35 Proudhon, *Système des contradictions économiques (Sistema de contradições econômicas)*.

36 Cf. “L’anarchosindicalisme, l’autre socialisme”, Jacky Toublet, Préface à *La Confédération générale du travail* d’Émile Pouget, Editions CNT Région parisienne, 1997.

37 Atas do Congresso Socialista de Limoges, novembro de 1906, pp. 94-95. Cf. <https://bataillesocialiste.files.wordpress.com/2008/07/congres1906o.pdf>

sindicalista revolucionário de 1913. Após a revolução russa, ele se opôs aos anarquistas que se recusaram a participar da Internacional Sindical Vermelha. Há uma consistência real nessa série de posições.

Menciono isso para mostrar que um exame dos fatos não se encaixa de forma alguma na construção mitológica e ideológica de Schmidt e van der Walt, segundo a qual o sindicalismo é “uma variante do anarquismo”. O sindicalismo revolucionário não pode ser reduzido a uma forma que, “por ignorância ou negação tática”, não tem ligação explícita com o anarquismo.

A história do sindicalismo revolucionário e a do anarquismo estão entrelaçadas; o anarquismo e os anarquistas desempenharam um papel essencial na formação do sindicalismo revolucionário, mas, em um determinado momento, foi uma forma de se emancipar do anarquismo, como Maurizio Antonioli demonstra de forma muito convincente³⁸. E quando a crise do sindicalismo revolucionário levou, na época da Revolução Russa, a uma cisão sobre a questão da Internacional Sindical Vermelha, foram os anarquistas que criaram a segunda AIT em nome do sindicalismo revolucionário. Como podemos ver, alguns sindicalistas revolucionários sabiam muito bem por que não eram anarquistas, e não era por “ignorância ou negação tática”.³⁹ Claramente, a construção teórica de Schmidt e van der Walt não oferece as ferramentas metodológicas necessárias para entender isso.

(A ser seguido)

38 *Loc. cit.*

39 Entre os veteranos do movimento operário que conhecemos e que nos apoiaram quando éramos jovens brancos nas décadas de 60 e 70, havia militantes sindicalistas revolucionários que protestavam quando eram chamados de anarco-sindicalistas.

Sobre Chama Negra.....	1
Digressão introdutória sobre sindicalismo, Jean Maitron, Malates- ta e <i>Black Flame</i>	1
Sobre Chama Negra.....	4
1° Comentário.....	4
2° Comentário.....	5
3° Comentário.....	6
4° Comentário.....	7
5° comentário.....	9
Digressão sobre anarquismo e sindicalismo.....	10
1871-1890.....	10
1890-1902.....	11
1902-1908.....	14
1906. O Congresso de Amiens.....	16
1909-1914.....	18
1912: a CGT e a guerra.....	18
1917-1922: O sindicalismo revolucionário e a revolução russa.....	18
Anarquismo e mudança social.....	20
Último ponto.....	23